CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 18.946/10/2ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000021941-96
Impugnação: 40.010126691-64
Impugnante: Marcelo Ricardo Salomão Silami
CPF: 100.999.608-85
Origem: DF/Uberlândia

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. Acusação fiscal de falta de recolhimento do IPVA, uma vez que o proprietário do veículo tem residência habitual neste Estado. Exigências de IPVA e Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03. Constatado que o Autuado, na data de aquisição do veículo, tinha como centro habitual de sua atividade a cidade de Itumbiara/GO, enquadrando-se seu domicílio tributário como no descrito no art. 127, inc. I, do CTN, não se configurando a infringência detectada pelo Fisco. Lançamento improcedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Da Autuação

A autuação versa sobre falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2008 e 2009, em virtude do registro e licenciamento indevido no Estado de Goiás, do veículo de placa nº NFW-3320, uma vez que o Fisco constatou que o seu proprietário é residente no Estado de Minas Gerais.

Exige-se, IPVA e Multa de Revalidação prevista no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03.

O processo encontra-se devidamente instruído com a Notificação de Lançamento - NL (fls. 02/03); Demonstrativo de Correção Monetária e Multas - DCMM (fls. 04); Relatório Fiscal (fls. 05/06); cópia de contrato de trabalho do Autuado (fls. 07); excerto de inicial de ação de separação judicial (fls. 08/10); cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV do veículo objeto da autuação e cópia de contrato de trabalho (fls. 11); Mandado de Citação (fls. 12); certidão do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (fls. 13); Pesquisa de Veículo na BIN - DETRAN/MG (fls. 14); consulta de CPF realizado na Receita Federal (fls. 15); Auto de Início da Ação Fiscal - AIAF (fls. 18); Comunicado de encerramento de procedimento auxiliar de fiscalização exploratória (fls. 20) e Comunicado de instauração de procedimento auxiliar de fiscalização exploratória, com intimação para justificativa para emplacamento do veículo objeto da autuação em estado diferente do estado de residência do proprietário (fls. 22/23).

Da Impugnação

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente, Impugnação às fls. 26/27, com documentos anexados às fls. 28/42, alegando resumidamente o que se segue.

Informa que desde 2006 não mora em Uberlândia, uma vez que se separou de sua esposa e apresenta Autos de Separação, além da escritura de compra e venda de imóvel em nome de Regina Borges Machado.

Lembra que apresentou a documentação atestando que não possui domicílio em Minas Gerais, que morou em Pindamonhangaba e que se mudou para o Palace Hotel, em Itumbiara/GO, onde ficou até alugar um imóvel no endereço Av. Modesto de Carvalho, 2101, e apresenta contrato de locação de 28/09/07 a 28/01/09.

Informa que na época em que trabalhou na Dupont, em Itumbiara/Goiás, é que comprou o carro, conforme cópia de contrato de trabalho constante de sua Carteira Profissional, que anexa.

Ressalta que a partir de fevereiro de 2009 mudou-se para São Paulo e apresenta contrato de trabalho na empresa Schenk Process e contrato particular de locação de imóvel em Recife/PE.

Ressalta, ainda, que o antigo dono do veículo era de Itumbiara/GO, local onde trabalhava, morava e comprou o veículo.

Pede que seja o lançamento julgado improcedente.

Da Instrução Processual

O Fisco intima o Autuado, fls. 48, a apresentar o contrato de locação do imóvel localizado à Av. Modesto de Carvalho, 2101, Setor Norte, Itumbiara/GO com firma reconhecida em cartório da assinatura da locadora, além de documento de comprovação que o imóvel anteriormente referido é de sua propriedade.

O Autuado, como resposta à intimação, pede que seja anexada a transcrição de troca de e-mails com o Fisco, fls. 50/52, onde informa que tentou entrar em contato com a proprietária para conseguir a documentação solicitada.

Da Manifestação Fiscal

O Fisco, em manifestação de fls. 53/57, refuta os argumentos da defesa aos argumentos abaixo resumidos.

Tece considerações sobre o motivo que levam residentes mineiros a emplacarem seus veículos no Estado de Goiás.

Cita e transcreve a legislação de regência que autoriza o Estado de Minas Gerais a exigir o IPVA dos proprietários de veículos residentes neste Estado.

Quanto ao presente caso, argumenta que o Autuado, em sua impugnação, apresenta auto de separação como comprovação de que não residia em MG desde 2006 e rescisão de contrato de trabalho em janeiro 2007 que não elucida a questão da comprovação de local onde mora e local de registro do veículo. Neste sentido, apresenta contrato de locação de imóvel no mesmo endereço de registro do veículo, porém o contrato não apresenta formalidades necessárias para plena convicção.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Informa ainda que:

- o Impugnante não encaminhou os documentos solicitados pela intimação de fls. 48;

- a carteira de trabalho apresentada fls. 11, demonstra registro em empresa, mas não elucida a questão de residência;

- a informação de que a partir de fevereiro de 2009 mudou-se para São Paulo/SP e está agora em Recife/PE altera situação a partir daquela data e não referente aos exercícios cobrados;

- como agravante da situação pode-se observar que o veículo continua até esta data, registrado em Itumbiara/GO, apesar das alegadas mudanças de residência do proprietário.

Assim, considerando que o Autuado deixou de apresentar os elementos materiais probantes e necessários ao afastamento da acusação fiscal, reputa caracterizado o ilícito tributário, legitimando a cobrança das exigências fiscais, tais como lançadas.

Pede, por fim, que o lançamento seja julgado procedente.

DECISÃO

Cuida o presente contencioso de acusação fiscal de falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2008 e 2009, em virtude do registro e licenciamento indevido no Estado de Goiás, do veículo de placa nº NFW-3320, uma vez que se constatou que o seu proprietário é residente no Estado de Minas Gerais.

Mediante o cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/GO e Receita Federal, a Fiscalização constatou que o mencionado veículo encontra-se registrado e licenciado no Estado de Goiás, não obstante ser o seu proprietário residente no Estado de Minas Gerais.

Antes de se adentrar no exame das provas constantes dos autos, torna-se imperioso analisar a legislação que rege a matéria, para uma melhor compreensão da questão examinada.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu art. 155, inc. III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos Estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem neste Estado.

Esta prática implica perda de arrecadação para o Estado e Município.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

No caso do Estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº 14.937, de 23.12.03, que ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado. (grifou-se).

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

(...)

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 10. As alíquotas do IPVA são de:

I 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Cabe, todavia, indagar, quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste Estado.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei nº 9.503, de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o Órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei. (grifou-se)

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se, desde já, que não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CCB/02), dada a regra da especialidade. A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do Código Tributário Nacional - CTN, posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Examine-se, pois as disposições do art. 127 do CTN, retrocitado:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

(...).

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28.05.06), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade e que as pessoas jurídicas de direito privado devem registrar seus veículos onde se encontre as respectivas sedes.

Esta assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do Autuado, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

No presente caso, compulsando os autos, constata-se que o veículo em questão, GM/Corsa Sedan Joy Flex, ano 2005, foi adquirido no dia 16/07/07 (fls. 14).

Constata-se, também, pelo documento anexado pelo Fisco às fls. 11, cópia de contrato de trabalho registrado na Carteira Profissional, que o Autuado trabalhava na Du Pont do Brasil S.A. – Divisão Pioneer Sementes, no cargo de Técnico de Automação, no período de 19/03/07 a 23/09/07, esta última data posterior à aquisição do veículo.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim, conclui-se que o Autuado, em 16/07/07 tinha como centro habitual de sua atividade a cidade de Itumbiara/GO, enquadrando-se seu domicílio tributário como no descrito no art. 127, inc. I do CTN, não se configurando assim a infringência detectada pelo Fisco.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar improcedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Carlos Alberto Moreira Alves (Revisor) e Roberto Nogueira Lima.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2010.

Luciana Mundim de Mattos Paixão
Presidente

René de Oliveira e Sousa Júnior
Relator